A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GOVERNANÇA E A GESTÃO DO FUTEBOL: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JUNIOR.[1]
CARLOS MAURICIO ZAREMBA[2]

Resumo
Este estudo teve como objetivo mapear a produção do conhecimento sobre Governança e a Gestão do Futebol, produzidos na língua portuguesa no período compreendido entre 2009 e 2019. Para tanto, utilizou-se das bases de dados Portal de Periódicos CAPES, *Scielo*, *Scopus* e EBSCO Discovery Service (EDS), com os seguintes descritores, "Governança e Futebol", "Governança Corporativa e Futebol", "Governança Esportiva e Futebol". O levantamento inicial apontou para 201 artigos, sendo que destes 34 preencheram os parâmetros de inclusão estabelecido para esta pesquisa. A base de dados Portal de Periódicos da CAPES foi a que mais teve artigos entre os catalogados, perfazendo um total de 55,8% dos 34 artigos encontrados. Em relação ao conjunto de publicações dos últimos 10 anos, percebeu-se um aumento nos anos de 2014 a 2017, muito provavelmente relacionado a implantação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT. Conclui-se que apesar de sermos o país do futebol, ainda temos muito o que evoluir e contribuir com o arcabouço teórico, para sustentar as ações e reflexões sobre a Gestão do Futebol.

Palavras-chave: governança; futebol; gestão;

Introdução

"Sorte", "o acaso" são palavras que não fazem mais parte do vocabulário do futebol profissional. O futebol deixou, há algum tempo de ser conduzido e mantido apenas pela paixão de seus praticantes, torcedores e entusiastas em geral. O universo do futebol é responsável pela movimentação de cifras bilionárias, sejam vinculadas a salários e transferências de jogadores, assim como, em ações de marketing, direitos de transmissão, vendas de produtos, entre outros.

Esta nova configuração obrigou o futebol a se reinventar na sua forma de gestão e organização. Assim, "Esse processo exigiu que as entidades e seus administradores envolvidos no jogo profissionalizassem a gestão e os padrões nesse novo ambiente globalizado e competitivo." (ASSIS; RICCIO, 2017, p. 2). Processo este, ainda em fase de implantação, quando se trata do futebol brasileiro. Sendo assim, se faz necessário o estudo e reflexões sobre os conceitos dos termos e da aplicabilidade das ações administrativas no universo dos clubes brasileiros de futebol profissional. Desta forma, este trabalho optou pelos entendimentos referentes ao termo "Governança", pois este se caracteriza como um dos pilares de referência para uma boa gestão, seja ela, esportiva ou corporativa (MARQUES, 2014).

O termo Governança se estabelece e se fortalece após as crises no mundo corporativista. As discussões em relação a Governança surgem logo após o "*crash*" da bolsa de Nova York na década de 30, reaparecendo no final dos anos 90 em decorrência do surgimento dos escândalos de corrupção em empresas multinacionais como a Enron, Worldcom e Parmalat (BRASIL, 2018). Estes acontecimentos aliados ao crescimento das empresas fazem com que se apresentasse a necessidade da separação da propriedade e da gestão, surgindo assim as diretorias executivas para as quais foram delegadas autoridades para administrar recursos pertencentes aos proprietários, tornando-se desta forma, uma administração partilhada entre os donos das empresas e terceiros. (BRASIL, 2018; NETO, 2018). Com o objetivo de mitigar as desconfianças dos investidores em relação as ações dos executivos, começaram a surgir leis e guias, publicados por entidades responsáveis pelo desenvolvimento e regulamentação do mercado[3], destacando nestes os princípios de transparência e ética na gestão das empresas, estabelecendo assim, que as decisões executivas contemplassem a todos

[1] Doutor, Universidade Estadual de Ponta Grossa, mfreitasjr@uepg.br
[2] Mestre, Universidade Estadual de Ponta Grossa, zaremba@uepg.br.
[3] Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – publicou os seguintes documentos: Relatório Cadbury e o Relatório Principles of Corporate Governance

os envolvidos (investidores, proprietários, executivos). (BRASIL, 2018; NETO, 2018; OSINSKI, 2016). Estes mecanismos, segundo Osinski (2016, p. 9), forjaram o termo "Governança Corporativa" (GC).

Desta forma pode-se definir GC como sendo um conjunto de práticas de gestão que visam proteger todas as partes envolvidas, proprietários e conselhos administrativos, e também maximizar os lucros (NETO, 2018; OSINSKI, 2016), assim como otimizar, preservar o valor da organização proporcionando a sua longevidade (IBGC, 2014), e concluindo esta definição, Marques e Costa (2016, p. 380), explanam que "Sua utilização pode abranger aspectos legais, financeiros, estratégicos e de gestão."

Assim entendem-se que é necessário aproximar esta conceituação ao universo dos clubes de futebol. Para isso, recorre-se a definição de Assis e Riccio, onde,

> as boas práticas de Governança corporativa em sua essência estão intimamente relacionadas com a gestão e a administração de uma entidade, de forma que sua adoção e utilização por parte dos clubes, que estão entre as principais organizações no contexto do futebol, são apontadas como uma forma de se alcançar a modernização e o aprimoramento das estruturas, a transparência e a prestação de contas do esporte para suas partes interessadas e para a sociedade como um todo.(ASSIS; RICCIO, 2017, p. 2)

O sistema legislativo brasileiro, na década de 1990, estabeleceu a aproximação entre futebol e empresa, através da Lei Zico (Lei Nº 8.672 de 6 de julho de 1993), a qual, entre outras determinações, facultou-se ao clube profissional transformar-se, constituir-se ou contratar sociedade comercial. Porém, as possibilidades que a legislação apresentava, não tiveram a repercussão desejada, pois segundo Dantas (2014, p. 10) "Naquela época, pouco mudou com relação às expectativas de uma gestão empresarial do futebol", a autora continua, justificando que "muito do pensamento paternalista historicamente construído ainda persistia, e ainda hoje persiste, no futebol brasileiro" (DANTAS, 2014, p. 10). No ano de 1998 foi promulgada a Lei Pelé (Lei Nº 9.615 de 24 de março de 1998), a qual em relação a Lei Zico, tornava obrigatória a transformação dos clubes de futebol em sociedades comerciais, estipulando um prazo de dois anos para esta adaptação. A partir disso, desencadeia-se um processo de inúmeras legislações, que tinham como objetivo principal, ou prorrogar o prazo ou tornar facultativo o processo novamente. O mais recente documento sobre esta temática é a Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003, que mantém a determinação do processo de transformação em clube-empresa ser facultativo aos clubes já existentes.

Diante deste contexto de aproximação das áreas de conhecimento, esporte e administração, se faz obrigatório uma construção teórica, a qual, deve amparar a aplicabilidade prática das ações administrativas no esporte, especificamente relacionadas à Gestão do Futebol brasileiro. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo responder a seguinte problemática: Qual a atual situação da produção acadêmica em língua portuguesa que trata da temática Governança e sua relação com a Gestão do Futebol?

Materiais e métodos

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura, de caráter descritivo e exploratório, onde procurou mapear as produções publicados na língua portuguesa, sobre a temática Governança e sua relação com a Gestão do Futebol. Para tanto foram utilizadas as seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo*, *Scopus* e EBSCO Discovery Service (EDS). Os descritores utilizados para busca foram: "Governança e Futebol"; "Governança Corporativa e Futebol"; "Governança Esportiva e Futebol". Observação feita, que em todos os momentos da pesquisa nas bases de dados, foi utilizado o operador lógico Booleano "AND".

Os critérios de inclusão adotados para este trabalho foram: Artigos completos publicados em língua portuguesa no período de 2009 a 2019 e que apresentavam os descritores no título; ou no resumo; ou nas palavras chaves e que relacionava no seu conteúdo a temática estudada. A inclusão

também foi realizada para os artigos com as características já descritas e que em seu conteúdo tratavam, de pelo menos um, dos quatro princípios de uma boa Governança. Ou seja, segundo Marques (2014, p 36), os quatro princípios de uma boa Governança, são: *Fairness* (equidade); *Disclosure* (Transparência); *Accountability* (Prestação de Contas); *Compliance* (Conformidade no cumprimento de normas).

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados todos os artigos que não se enquadravam nas normas norteadoras desta pesquisa ou se apresentaram na forma de duplicatas em mais de uma das bases de dados.

Para desenvolver esta etapa metodológica, foi utilizado o método *SystematicSearchFlow* – SSF, (FERENHOF; FERNANDES; 2016), o qual é composto por quatro fases. De forma resumida as quatro fases são: FASE 1 – Definição do protocolo de pesquisa; FASE 2 – Análise; FASE 3 – Síntese; FASE 4 – Escrever.

Após a execução das atividades inerentes a cada fase do método, foi possível visualizar algumas características da produção desta temática na língua portuguesa. Especificamente para este texto, foi analisado o comportamento das publicações em relação as bases de dados e o quantitativo apresentado durante os últimos 10 anos.

Resultados e Discussões

Foram encontrados um total de 207 artigos na busca inicial, assim distribuídos: EBSCO Discovery Service (177); Periódicos da CAPES (29); *Scielo* (01); *Scopus* (0). Destes, após a Fase 2 (Análise) os artigos que preencheram os parâmetros de inclusão desta pesquisa totalizaram 34.

Com relação ao quantitativo por base de dados, os 34 artigos ficaram divididos prioritariamente entre o Portal de Periódicos da CAPES com 19 artigos (55,8%) e o EBSCO Discovery Service com 14 artigos (47,6 %), ficando 01 artigo na *Scielo* (2,9 %) e zero artigos para a base de dados *Scopus*. Este resultado mostra a importância e a qualidade dos periódicos indexados no Portal de Periódicos da CAPES e vem a corroborar com Leal (2018, p. 59), quando ele coloca que "o Portal de Periódicos da CAPES pode ser considerado uma ferramenta revolucionária, reconhecida no mundo inteiro e, principalmente, respeitada."

Já quando se trata do período de publicação percebemos que ocorreu um movimento crescente entre os anos de 2014 até 2016, entrando em uma descendente a partir disso. O resumo temporal da publicação ficou: 2009 (1); 2010 (1); 2011 (1); 2012 (1); 2013 (1); 2014 (6); 2015 (5); 2016 (8); 2017 (6); 2018 (3); 2019 (2). Esta inflexão na curva de produções, pode estar relacionada ao início das discussões (2014) e promulgação da Lei nº 13.155 de 4 de Agosto de 2015, que regulamenta o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, e que "estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol." (BRASIL, 2015).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo verificar o comportamento das publicações em língua portuguesa da temática envolvendo as considerações da Governança em relação a Gestão do Futebol. Mapeando a produção nacional para identificar a relação entre artigos publicados e as bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo*, *Scopus* e EBSCO Discovery Service (EDS). O mapeamento também possibilitou verificar a oscilação do número de publicações, desta temática, nos últimos dez anos. Considerando de um total de 207 artigos levantados inicialmente, este estudo catalogou 34 que estavam de acordo com os parâmetros desta pesquisa.

Especificamente para este trabalho, tentando identificar qual a relação de publicações com as bases de dados utilizadas, prevalecendo neste estudo a base Portal de Periódicos da CAPES com 55,8% (de 34 artigos) das publicações utilizadas. Considerando que na primeira coleta o Portal de Periódicos da CAPES forneceu 29 artigos e na fase pós análise, com critérios de inclusão e exclusão, forneceu 19 artigos, isso só vem demostrar a solidez e relevância desta ferramenta.

Com relação ao segundo tópico proposto, fica o indicativo que a oscilação causada no número de publicações a partir de 2014, se deve ao advento de que as discussões e promulgação da legislação do PROFUT, teve uma interferência direta nesta ação.

Conclui-se que a produção acadêmica na língua portuguesa sobre as temáticas que envolvem o universo da Gestão do Futebol, ainda é incipiente. Chega-se ao paradoxo de que no país do futebol se produz tão pouco e isso, consequentemente, reflete na forma como o futebol é gerido. Espera-se que este estudo sirva de estímulo para outros trabalhos e reflexões sobre a gestão do futebol brasileiro.

Referências:

BRASIL, Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. **Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL, Ministério do Esporte. **Cartilha de Governança em Entidades Esportivas Lei 9.615/98.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/arquivos/cartilha_de_governanca_em_entidades_esportivas_ministerio_do_esporte.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Lei mº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.** Brasília, 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 05 de Mai 2019.

BRASIL. Lei mº 8.672, de 06 de julho de 1993. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Brasília, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8672.htm>. Acesso em: 05 de Mai 2019.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Origem da Boa Governança.** 2014. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=18>. Acesso em: 09 dez. 2018.

DANTAS. M. M. Pequenas empresas, grandes negócios: os anônimos do futebol profissional brasileiro. Esporte e Sociedade. Ano 9, n. 23. 2014.

FERENHOF. H. A.; FERNANDES, R. F. Desmitificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis. v. 21, n. 3, p. 550 – 563. Ago/nov 2016. Disponível em: < https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>. Acesso em 30 abr. 2019.

LEAL, E. C. **Análise do comportamento informacional dos discentes da graduação e da pós-graduação stricto sensu da UFTM sob as perspectivas de acesso e uso do Portal de Periódicos da CAPES**. 2018, 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018. Disponível em: < http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/613/5/Dissert%20Eduardo%20C%20Leal.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2019.

MARQUES, D. S. P. **Administração de clubes de futebol profissional: proposta de um modelo específico de Governança para o setor.** 2014, 145 f. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

MARQUES, D.S.P.; COSTA, A.L. Administração de Clubes de Futebol Profissional: Proposta de um Modelo Específico de Governança para o Setor. **Organizações e Sociedade.** Salvador. v. 23, n. 78, p. 378 – 405. Jul/Set 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000300378 > Acesso em: 12 abr. 2019.

NETO, M. R. et al. Indicador de Governança Corporativa como Instrumento de Avaliação da Política Púbica. **Boletim de Análise Político-Institucional**. Repositório do Conhecimento do IPEA. Brasília. n. 15, p. 71 – 77. Jul/Dez 2018. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8646/1/BAPI15_Cap7.pdf> Acesso em: 12 abr. 2019.

OSINSKI, M. et al. Responsabilidade Social e Governança Corporativa em uma Construtora**. Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**. Florianópolis. v. 9, n. 1, p. 181 – 203, Jan/Abr. 2016. Disponível em: < http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/2623> Acesso em: 10 abr. 2019.

PEIXOTO, F. M. et al. Governança Corporativa e Crises: Mecanismos Importantes Durante Ciclos Econômicos Distintos. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis. v. 16, n. 39, p. 119 – 133, Agosto 2014. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n39p119> Acesso em 17 abr. 2019.

SILVA, M. S. Organização Societária e Exploração Econômica do Futebol. **Argumentum: Revista de Direito**. Vitória. n. 9, p. 109-136, 2008. Disponível em: < http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1027/618> Acesso em 05 de Mai 2019.